



Ministério da Educação
Universidade Federal do Ceará
Pró-Reitoria de Graduação

PROGRAMA DE DISCIPLINA

1. Curso: Direito	2. Código: 14/15
-------------------	------------------

3. Modalidade(s):	Bacharelado	<input checked="" type="checkbox"/>	Licenciatura	
	Profissional		Tecnólogo	
4. Currículo(Ano/Semestre): 2011.2				

5. Turno(s):	Diurno	<input checked="" type="checkbox"/>	Vespertino		Noturno	<input checked="" type="checkbox"/>
--------------	--------	-------------------------------------	------------	--	---------	-------------------------------------

6. Unidade Acadêmica: Faculdade de Direito
--

7. Departamento: Direito Processual

8. Código PROGRAD:	
9. Nome da Disciplina:	Processo Constitucional

10. Pré-Requisito(s):	Processo
-----------------------	----------

11. Carga Horária/Número de créditos:			
Duração em semanas	Carga Horária Semanal 4 h/a		Carga Horária Total
16	Teóricas: 16	Práticas:	64
Número de Créditos:	4	Semestre:	

12. Caráter de Oferta da Disciplina:			
Obrigatória:		Optativa:	<input checked="" type="checkbox"/>

13. Regime da Disciplina:			
Anual:		Semestral:	<input checked="" type="checkbox"/>

14. Justificativa:
Visa-se a avaliação teórica e dogmática em torno das vias de fiscalização de constitucionalidade havidas no terreno do método concentrado e ainda dos instrumentos procedimentais trazidos pelo legislador constituído no que se refere à fiscalização concreta de leis e de atos normativos em face da Lei Fundamental, disciplina de cognição obrigatória ao exercício hodierno da atividade advocatícia. Por fim, examinar-se-á igualmente a atualidade dos chamados remédios constitucionais na construção jurisprudencial dos tribunais brasileiros e na vasta exposição doutrinária.

15. Ementa:
Teoria da Constituição e interpretação constitucional. Modelo constitucional de processo. Introdução à teoria da inconstitucionalidade das leis e aos sistemas e princípios do direito processual constitucional. O sistema brasileiro de controle de

constitucionalidade. Evolução histórica da jurisdição constitucional no Direito Positivo Brasileiro: do império à república. O controle difuso no direito processual constitucional brasileiro. Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade na CF e na Lei 9868/99. Ação de inconstitucionalidade por omissão. Fiscalização abstrata no plano dos Estados-membros. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção.

16. Descrição do Conteúdo:

Unidades e Assuntos das Aulas Teóricas	Semana	Nº de Horas-aulas
1. Modelo constitucional de processo. Conceito e objeto do direito processual constitucional. Teoria da inconstitucionalidade das leis. Introdução ao sistema brasileiro de controle de constitucionalidade: o modelo americano da judicial review. O sistema austríaco de controle concentrado. Jurisdição dual e controle preventivo na França pós-revolucionária. Tópicos de interpretação constitucional.	1, 2 e 3	12
2. Evolução histórica da jurisdição constitucional no Direito Positivo Brasileiro: do império à república. A Constituição de 1891 e a Emenda 16/95 como momentos importantes da evolução do controle de constitucionalidade no País. O início da convivência dos sistemas difuso e concentrado. Conflitos federativos e intervenção federal. Os princípios constitucionais sensíveis.	4, 5 e 6	12
3. O controle difuso: sua configuração no direito positivo brasileiro. O papel do Senado Federal e do STF	7	4
4. Ação direta de inconstitucionalidade. Perfis teóricos e sua configuração na lei 9868/99	8	4
5. Ação declaratória de constitucionalidade. A emenda constitucional 03/93. A lei Federal 9868/99.	9	4
6. Ação de inconstitucionalidade por omissão. O conceito de omissão inconstitucional. Natureza e procedimento. Legitimidade processual. Exame das omissões passíveis de impugnação. Ação de inconstitucionalidade por omissão e mandado de injunção.	10 e 11	8
7. Mandado de segurança individual e coletivo	12	4
8. Mandado de injunção	13	4
9. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. O procedimento trazido pela regulamentação infra-constitucional do instituto. A possibilidade de controle do Direito Municipal. Direito pré e pós-constitucional.	14	4

Legitimação e competência.		
Avaliações e seminários	15 e 16	8

17. Bibliografia Básica:

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Ações Constitucionais**. Salvador. Jurispodium, 2011.
----- **Curso de Direito Processual Civil: Vol. 1 e 4**. Salvador: Juspodium, 2011.
MEDINA, Paulo Roberto. **Direito Processual Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
MENDES, Gilmar Ferreira. **Jurisdição Constitucional**. São Paulo, 2005
SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton. **Direito Processual Constitucional**. SP, Saraiva, 2006

18. Bibliografia Complementar:

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**, 4ª. Ed. Saraiva, 2009
----- e GANDRA MARTINS, Ives. **Controle Abstrato de Constitucionalidade**, Saraiva, 2009
NERY Jr., Nelson. **Princípios do processo civil na CF., RT**, 2004

19. Avaliação da Aprendizagem:

A disciplina será desenvolvida por intermédio de aulas expositivas e da análise de casos concretos em sala de aula. As avaliações ocorreram através de provas e da participação em atividades práticas em sala de aula.

20. Observações:

--

21. Aprovação do Colegiado da Coordenação do Curso:	
Nº da ata da Reunião: _____/_____/_____	Data de Aprovação: ____/____/____
 _____ Coordenador(a) de curso (Assinatura e Carimbo)	

22. Aprovação do Colegiado Departamental:	
Nº da ata da Reunião: _____/_____/_____	Data de Aprovação: ____/____/____
 _____ Chefe(a) do Departamento (Assinatura e Carimbo)	

23. Aprovação do Conselho de Centro/Faculdade/Instituto/Campus:	
Nº da ata da Reunião: _____/_____/_____	Data de Aprovação: ____/____/____
 _____ Diretor(a) (Assinatura e Carimbo)	

24. Aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Ensino:	
Nº da ata da Reunião: _____/_____/_____	Data de Aprovação: ____/____/____
 _____ Presidente(a) do Conselho (Assinatura e Carimbo)	